

## Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

## COLÉGIO DE DIRIGENTES

## ATA Nº 03/2016

1	Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, com início às nove horas e dez
2	minutos, foi realizada a 3ª Reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Rio
3	Grande do Sul. A reunião foi realizada via webconferência. A sessão foi convocada e
4	coordenada pelo professor Osvaldo Casares Pinto, Reitor do IFRS e secretariada
5	servidora Viviane Campanhola Bortoluzzi. Participaram da webconferência os seguintes
6	membros do Colégio de Dirigentes: Osvaldo Casares Pinto, Reitor do IFRS; Clarice
7	Monteiro Escott, Pró-Reitora de Ensino; José Eli Santos dos Santos, Pró-Reitor de
8	Desenvolvimento Institucional; Tatiana Weber, Pró-Reitora de Administração; Eduardo
9	Girotto, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Fábio Azambuja Marçal,
10	Diretor do Campus Alvorada; Soeni Bellé, Diretora do Campus Bento Gonçalves;
11	Mariano Nicolao, Diretor do Campus Canoas; Rodrigo Dullius, representando o Diretor
12	do Campus Caxias do Sul; Eduardo Angonesi Predebon, Diretor do Campus Erechim;
13	Leandro Lumbieri, Diretor do Campus Farroupilha; Giovani Forgiarini Aiub, Diretor do
14	Campus Feliz; Migacir Trindade Duarte Flôres, Diretora do Campus Ibirubá; Claudino
15	Andrighetto, Diretor do Campus Osório; Marcelo Augusto Rauh Schmitt, Diretor do
16	Campus Porto Alegre; Gleison Samuel do Nascimento, Diretor do Campus Restinga;
17	Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor do Campus Rio Grande; Jesus Rosemar
18	Borges, Diretor do Campus Rolante; Gilberto Luiz Putti, Diretor do Campus Vacaria;
19	Erik Schüler, Diretor do Campus Veranópolis; Alexandre Martins Vidor, Diretor do
20	Campus Viamão. O Assessor do Reitor, professor Amilton de Moura Figueiredo, o
21	Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim; o Pró-Reitor Adjunto de Desenvolvimento
22	Institucional, Roberto Carlos Pereira e o Diretor de Projetos e Obras, Bruno Kenji
23	Nishitani Egami também participaram da reunião. A reunião foi convocada com a
24	seguinte pauta: 1. Informes Gerais. O professor Osvaldo Casares Pinto cumprimentou
25	a todos e iniciou a reunião com o item 1 da pauta, Informes Gerais. Reunião do

26 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, 27 Científica e Tecnológica - Conif. O professor Osvaldo Casares Pinto informou que na 28 corrente semana esteve em Brasília para participar da reunião do Conif e, apesar de ter 29 sido uma semana bem movimentada, houve avanços importantes, devido a expectativa 30 de mudanças no Ministério da Educação – MEC. Informou que foi publicada a portaria 31 de autorização de funcionamento do Campus Viamão, trazendo uma maior segurança 32 para a comunidade e que foi republicada a portaria que estabeleceu os códigos e 33 funções. Salientou que também foi publicada a portaria de liberação de vagas e 34 recebemos 193 docentes, que somando-se aos códigos existentes, totalizamos 35 aproximadamente 240 (duzentos e quarenta) códigos de vaga docentes. Acrescentou que 36 este quantitativo resolve a carência de docentes na instituição em curto e médio prazo, 37 inclusive para os *campi* em implantação. Quanto aos códigos de vaga para técnicos 38 administrativos, o professor Osvaldo Casares Pinto informou que a Secretaria de 39 Educação Profissional e Tecnológica- Setec apresentou alguns cargos disponíveis, mas 40 muitos deles a instituição não necessitava. Acrescentou que solicitou um quantitativo 41 razoável, mas que não resolve a questão em médio prazo, como no caso dos docentes. 42 Salientou que existe um movimento da Setec para a transformação de alguns códigos de 43 vagas que não são úteis por códigos demandados pelas instituições, mas isto depende da 44 aprovação no Congresso. O professor Osvaldo Casares Pinto informou que havia 45 previsão de atualização do Banco de Professores Equivalentes, mas esta portaria não foi 46 publicada, acrescentando que isto não terá um impacto direto para a instituição. 47 Salientou também que todos os TEDs que apresentamos foram aprovados, mas estamos 48 com restrição no limite orçamentário, assim como todos os recursos de investimento. 49 Acrescentou que foram liberados 40% (quarenta por cento) dos recursos de 50 investimento, mas os projetos estão aprovados e devemos trabalhar para que haja a 51 liberação dos 60% (sessenta por cento) restantes. Salientou que o novo Ministro, 52 desconhecido em ações na Educação, e a nova Secretária Executiva, que trabalhou no 53 MEC em um período ruim para a rede federal, foram nomeados, diante disto, atendemos 54 com expectativa as novas políticas do MEC. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que, apesar das modificações no MEC, precisamos fazer alguns 55 56 encaminhamentos, salientando que a planilha de planejamento está basicamente

57 preenchida pelos campi e este será o ponto de partida para o planejamento de 58 distribuição das vagas. Salientou que será necessário realizar uma análise criteriosa para 59 a alocação das vagas e que existem algumas necessidades emergências que serão 60 contempladas o mais breve possível. Salientou que o Termo de Acordo de Metas -61 TAM – sofrerá um ajuste com base em metas legais e previstas no Plano Nacional de 62 Educação - PNE, citando algumas: Relação aluno/professor RAP 20/1, ampliação das vagas no ensino técnico, respeito aos percentuais fixados na legislação, Proeja. 63 64 Acrescentou que devemos cumpri-las e leva-las em consideração no nosso planejamento 65 de utilização das vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto complementou que o MEC 66 também publicou a portaria com recolhimento e distribuição de CDs e FGs, mas que 67 não fomos afetados por nenhuma das ações. O professor Alexandre Jesus da Silva 68 Machado explicou que o Campus Rio Grande possui a previsão de criação de dois 69 cursos, um Proeja e um Técnico em Alimentos, e questionou sobre a possibilidade de 70 abertura dos mesmos. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a instituição tem 71 obrigação de ofertar 10% (dez por cento) de vagas Proeja, diante disto, o curso deve ser 72 tratado de forma especial, visto que o Instituto não oferta este quantitativo. Acrescentou 73 que o segundo curso está fora dos eixos de atuação do Campus, e além disso, o Campus 74 está com o quantitativo de servidores acima do estabelecido na portaria. Salientou que 75 deve ser verificado o impacto da abertura do curso de Proeja. Acrescentou também que 76 a Setec está estudando a possibilidade de abertura de um *campus* intermediário, com 90 77 técnicos e 120 docentes, mas atualmente devemos trabalhar com a nossa realidade. 78 Diante das explicações, o professor Alexandre Jesus da Silva Machado disse que vai 79 abortar a abertura dos novos cursos. O professor Jesus Rosemar Borges apresentou sua 80 preocupação com relação à possibilidade de revogação da portaria que distribuiu os 81 códigos de vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que esta situação é 82 imprevisível, mas que não ouviu nenhuma especulação com relação a este assunto. O 83 professor Fábio Azambuja Marçal explicou que, como não temos plena garantia de 84 utilização destas vagas, deveríamos ter uma estratégia de utilização dos códigos assim 85 que os mesmos forem liberados. O professor Osvaldo Casares Pinto salientou que temos 86 a plena consciência da situação e que farão um esforço coletivo para a utilização dos 87 códigos assim que liberados. O professor Jesus Rosemar sugeriu pensar num novo

88 concurso, devido a demanda em algumas áreas que não temos aprovados. O professor 89 Osvaldo Casares Pinto disse que temos um bom quantitativo de aprovados em quase 90 todas as áreas, explicando como foram definidas as vagas para o concurso anterior. O professor Fábio Azambuja Marçal lembrou que devemos trabalhar com o quantitativo 92 de servidores estabelecidos na portaria e também com a porcentagem de modalidades de 93 cursos estipulados em lei, citando os cursos Proeja e Educação Básica Integrada, foco 94 do Campus Alvorada. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que alguns campi possuem o quantitativo distinto do que o estipulado na portaria e precisamos trabalhar 96 pontualmente com cada campus. O professor Alexandre Jesus da Silva Machado 97 questionou sobre a possibilidade dos campi Porto Alegre e Rio Grande serem enquadrados como campus intermediário. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a Setec está pensando na possibilidade de criação deste *campus*, intermediário, com 90 (noventa) técnicos e 120 (cento e vinte) docentes, que parece que contemplaria os Campi Porto Alegre e Rio Grande, e talvez Sertão, mas é apenas uma expectativa e não 102 a realidade atual. Salientou que a planilha atual é muito específica e lembrou o quantitativo de servidores para cada campus. O professor Jesus Rosemar Borges questionou sobre o enquadramento dos Campi Vacaria e Rolante. O professor Osvaldo 105 Casares Pinto disse que conversou com o Cometti, e este solicitou um encaminhamento formal à SETEC solicitando a troca de enquadramento destes campi. Acrescentou que neste momento não teremos nenhum efeito prático, visto que o quadro de referência 108 permaneceu o mesmo e solicitou aos referidos campi o encaminhamento dos dados para 109 a elaboração do ofício. A professora Soeni Bellé questionou se as demandas encaminhadas à PRODI estão todas contempladas nos 240 (duzentos e quarenta) códigos de vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto salientou que a análise dos dados 112 não foi finalizada, mas acredita que estas vagas contemplam todas as demandas. O 113 professor Jesus Rosemar Borges explicou que os códigos atendem o campus no curto 114 prazo, mas que talvez no longo prazo não atenda. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que em longo prazo necessitaremos ter a disposição o banco de docentes 116 completo. A professora Soeni Bellé salientou a importância de levarmos em 117 consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O professor Osvaldo 118 Casares Pinto explicou que se contemplássemos todas as demandas do PDI nosso banco

91

95

98

99

100

101

103

104

106

107

110

111

119 de docentes estouraria, salientando que mesmo que o curso esteja previsto no PDI não 120 significa que ele será implementado no campus. O professor Alexandre Jesus da Silva 121 Machado salientou a importância de rever as demandas enviadas e justificá-las, 122 conforme e-mail enviado pelo professor José Eli Santos dos Santos. O professor 123 Amilton de Moura Figueiredo explicou que este é um momento de urgência e que 124 precisamos utilizar os códigos que estão à disposição de forma racional, planejando e 125 pensando no instituto como um tudo. Acrescentou que temos o desafio dos campi 126 novos, que estão em fase de construção de seus espaços físicos, e não conseguirão 127 utilizar todos os seus códigos, devendo pensar no quantitativo de servidores conforme 128 sua disponibilidade de estrutura física. Salientou a importância de encontrarmos o 129 equilíbrio entre os campi, não barrando o crescimento dos campi em implantação nem 130 dos já consolidados. O professor Amilton de Moura Figueiredo disse que o MEC 131 publicou a Portaria nº 17 (dezessete) que regulamenta a carga horária docente em sala 132 de aula, explicando que a mesma impacta diretamente no nosso planejamento. Citou 133 problemas ocasionados pela falta de planejamento em alguns institutos e salientou a 134 importância de resolvermos questões pontuais na instituição, como por exemplo, 135 organizar a questão das remoções e rever áreas de atuação. O professor Osvaldo Casares 136 Pinto complementou que a portaria está publicada no Diário Oficial de hoje a partir da 137 página 50 (cinquenta). Explicou que a portaria implica em alguns ajustes, como o 138 estabelecimento de 10 (dez) a 20 (vinte) horas de trabalho para os docentes em regime 139 de 40 (quarenta) horas ou dedicação exclusiva, e de 8 (oito) a 12 (doze) horas no regime 140 de 20 (vinte) horas. Acrescentou que devemos levar em consideração estes dados no 141 momento da distribuição. O professor Rodrigo Dullius perguntou quando serão 142 definidos os critérios para a ocupação dos códigos de vagas, salientando que o Campus 143 Caxias do Sul ainda tem demandas dos cursos que estão em implantação. O professor 144 Osvaldo Casares Pinto explicou que será marcada uma reunião presencial, 145 provavelmente para dia 24 (vinte e quatro) de maio, para a definição dos critérios e 146 distribuição destas vagas. Salientou que as referências estão sinalizadas, a saber: RAP, 147 carga horária docente, atendimento das obrigações legais de oferta de vagas, 148 oferecimento do Proeja. Acrescentou que podemos fazer uma definição de critérios para 149 este momento e após fazer um estudo mais detalhado para definição dos critérios em longo prazo, salientando a importância de fazer a correção de algumas distorções. O professor Alexandre Martins Vidor questionou sobre a data de liberação dos códigos de vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a expectativa é que liberem logo, salientando que existe um termo de compromisso que deverá ser assinado, no qual os institutos se comprometam em atingir a RAP 20/1 e utilizar rapidamente estes códigos. O professor Alexandre Martins Vidor salientou a importância de darmos provimento a estas vagas o mais rápido possível e apresentou algumas preocupações relacionadas com o atual cenário e com o perfil dos novos integrantes do MEC. Salientou a importância do Conif na luta pelo que conquistamos para a rede federal. O professor Osvaldo Casares Pinto confirmou que existe uma preocupação muito grande devido ao perfil das pessoas e salientou que o Conif e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes estão trabalhando pela manutenção do que conquistamos. Acrescentou que a linha que será adotada pelo MEC será bem diferente da atual, salientando a importância da união da rede na manutenção e busca de objetivos. O professor Jesus Rosemar Borges questionou se o campus deve pensar num novo planejamento de vagas e numa nova estratégia devido o quantitativo de vagas publicados na portaria hoje, sugerindo que a planilha utilizada para o preenchimento das demandas seja dinâmica. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a planilha pode ser atualizada a todo o momento, explicando que pode ser incluído um novo curso sem problemas. Salientou a importância de fazer um planejamento em longo prazo, para atender a demanda da comunidade, trabalhando com o quantitativo de servidores previsto na portaria. A professora Clarice Monteiro Escott salientou que estamos vivendo um momento institucional de implantação da Organização Didática - OD, diante disto devemos trabalhar em todos os currículos e pensar integralmente nestes currículos, sugerindo algumas situações: ensino médio com currículos efetivamente integrados, ensino superior com currículos mais articulados contribuindo assim para o melhor aproveitamento dos nossos docentes. Solicitou que os diretores gerais pensassem nesta mesma perspectiva. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que o planejamento não leva em consideração alguns pequenos detalhes, e que a análise da planilha nos mostra que podemos fazer alguns ajustes, sugerindo pensar no currículo como um todo e não por semestre. A professora Soeni Bellé explicou que as

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

licenciaturas levam a um aumento na carga horária, que não estão no planejamento atual. Apresentou algumas ações que estão sendo realizadas no *campus* para otimizar a carga horária docente. O professor Osvaldo Casares Pinto acrescentou que OD uniformiza a aula para 50 (cinquenta) minutos, diante disto temos que verificar o impacto na carga horária. O professor Jesus Rosemar Borges salientou que mesmo com uma baixa carga horária docente, de 12 horas, podemos atingir a RAP. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a RAP é estabelecida na portaria publicada no ano passado, salientando que a mesma leva em consideração, por exemplo, a carga horária do catalogo e não do plano de curso. E salientou que podemos atingir esta RAP com média de 12 (doze) horas/aula. Acrescentou também que a portaria estipula um prazo de 5 (cinco) anos para atingir a RAP. O professor Osvaldo Casares Pinto questionou se existem comentários a serem feitos a respeito do preenchimento da planilha. O professor José Eli Santos dos Santos agradeceu aos campi pela serenidade no preenchimento da planilha e solicitou a complementação da planilha pelo Campus Viamão e revisão pelos outros *campi*. Apresentou algumas especificidades apontadas. O professor Roberto Carlos Pereira explicou que algumas inconsistências foram observadas e as mesmas já estão sendo trabalhadas. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a planilha está sendo utilizada para termos uma referência da carga horária docente e que podemos utilizá-la para o cálculo da RAP, mas para isto devemos ter a previsão real de matrículas para cada curso e não a utilização de 0% (zero por cento) de evasão e retenção. O professor Jesus Rosemar Borges questionou se a planilha é uma previsão de vagas que serão ofertadas. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a maioria dos *campi* estava preenchendo nesta lógica, explicando que devemos trabalhar com números reais e salientando que a planilha trabalha com horas relógio. O professor Claudino Andrighetto explicou os problemas relacionados ao item da planilha número de alunos por turma, dando como exemplo o quantitativo de alunos de uma turma do campus com retenção e desistências. Acrescentou que é muito complexo informar números exatos, devido a estes problemas, e sugeriu a atualização da mesma durante o semestre com números atuais. O professor Osvaldo Casares Pinto solicitou que os campi informem os números mais próximos da realidade, salientando que devemos trabalhar com o numero total de alunos no curso e não por semestre. O professor

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

Claudino Andrighetto explicou que as matrículas dos cursos superiores ocorrem por componente curricular e não por turma, diante disto apresentou alguns problemas para o preenchimento da planilha. O professor Osvaldo Casares Pinto complementou que a planilha trabalha com o número de alunos por curso, independentemente do número disciplinas que o aluno cursa no semestre. A professora Soeni Bellé explicou a dificuldade de estabelecer o número de evasão e retenção, salientando que o número de matrículas é bastante flutuante. O professor Osvaldo Casares Pinto disse que estes problemas serão ajustados com o tempo e a RAP será calculada pela Setec com base nos alunos efetivamente matriculados, sendo assim, haverá uma diferença entre a RAP que está sendo projetada por nós e a RAP da Setec. O professor Osvaldo Casares Pinto salientou que a reunião via webconferência funcionou, que tivemos alguns problemas pontuais de conexão e acrescentou que será encaminhada a convocação para a próxima reunião, presencial, no dia 24 de maio. Salientou a importância de estarmos unidos na resolução dos problemas, devido a atual conjuntura. Às dez horas e quarenta e cinco minutos o professor Osvaldo Casares Pinto agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

Osvaldo Casares Pinto	
Viviane Campanhola Bortoluzzi	
Alexandre Jesus da Silva Machado	
Alexandre Martins Vidor	
Amilton de Moura Figueiredo	
Bruno Kenji Nishitani Egami	
Clarice Monteiro Escott	
Claudino Andrighetto	
Eduardo Angonesi Predebon	
Eduardo Girotto	
Erik Schüler	
Fábio Azambuja Marçal	
Gilberto Luiz Putti	
Giovani Forgiarini Aiub	

Gleison Samuel do Nascimento	
Jesus Rosemar Borges	
José Eli Santos dos Santos	
Leandro Lumbieri	
Marc Emerim	
Marcelo Augusto Rauh Schmitt	
Mariano Nicolao	
Migacir Trindade Duarte Flôres	
Roberto Carlos Pereira	
Rodrigo Dullius	
Soeni Bellé	
Tatiana Weber	